Questão Elaborada pelo Professor
01. Assinale a alternativa correta

A) O inquérito civil, de natureza unilateral e obrigatória, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.
B) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público e para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.
C) O inquérito civil não poderá ser instaurado de ofício.
D) O conhecimento por manifestação anônima, justificada, não implicará ausência de providências, desde que obedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral.
E) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.

Questão Elaborada pelo Professor
02. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) Caberá ao membro do Ministério Público investido da atribuição para propositura da ação civil pública a responsabilidade pela instauração de inquérito civil.
B) Eventual conflito negativo ou positivo de atribuição será suscitado, fundamentadamente, nos próprios autos ou em petição dirigida ao órgão com atribuição no respectivo ramo, que decidirá a questão no prazo de trinta dias.
C) Se, no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo investigado, o membro do Ministério Público determinará a extração de peças para instauração de outro inquérito civil, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições.
D) A instrução do inquérito civil será presidida por membro do Ministério Público a quem for conferida essa atribuição, nos termos da lei, podendo designar servidor do Ministério Público para secretariar o inquérito civil.
E) Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada.

Questão Elaborada pelo Professor
03. O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de

A) Um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias.
B) Cento e oitenta dias, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias.
C) Cento e oitenta dias, improrrogável.
D) Cento e oitenta dias, prorrogável uma única vez e pelo mesmo prazo.
E) Um ano, prorrogável uma única vez e pelo mesmo prazo.

Questão Elaborada pelo Professor
04. Sobre o arquivamento do inquérito civil, assinale a alternativa correta:

A) Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da existência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório.
B) Os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de um ano, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, através de publicação na imprensa oficial ou da lavratura de termo de afixação de aviso no órgão do Ministério Público, quando não localizados os que devem ser cientificados.
C) A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do órgão de revisão competente, na forma do seu Regimento Interno.
D) Até a sessão do Conselho Nacional do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou do procedimento preparatório.
E) É vedado ao órgão de revisão competente não homologar a promoção de arquivamento.

Questão Elaborada pelo Professor
05. Assinale a alternativa correta:

A) O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de um ano após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, é vedada a instauração de novo inquérito civil.
B) O desarquivamento de inquérito civil para a investigação de fato novo, não sendo caso de ajuizamento de ação civil pública, implicará novo arquivamento dispensada a remessa ao órgão competente para homologação.
C) O disposto acerca de arquivamento de inquérito civil ou procedimento preparatório também se aplica à hipótese em que estiver sendo investigado mais de um fato lesivo e a ação civil pública proposta somente se relacionar a um ou a algum deles.
D) É vedado ao Ministério Público firmar compromisso de ajustamento de conduta, nos casos previstos em lei, com o responsável pela ameaça ou lesão aos interesses ou direitos mencionados, visando à reparação do dano, à adequação da conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, à compensação e/ou à indenização pelos danos que não possam ser recuperados.
E) Cada Ministério Público deverá adequar seus atos normativos referentes a inquérito civil e a procedimento preparatório de investigação cível aos termos da presente Resolução n. 23 do CNMP, no prazo de um ano, a contar de sua entrada em vigor.

FGV - 2017 - MPE/BA - Analista Técnico – Psicologia

06. O inquérito civil tem por objeto apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil. Nesse contexto, de acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP:

A) O arquivamento é promovido pelo mesmo Promotor que presidiu as investigações, e os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser arquivados imediatamente no âmbito interno da Promotoria, salvo se houver recurso por parte de qualquer interessado.
B) Os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados.
C) As pessoas co-legitimadas para atuar nos direitos tutelados no inquérito civil podem apresentar recurso com as respectivas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito, no prazo de quinze dias da publicação da promoção de arquivamento.
D) A promoção de arquivamento só passa a ter eficácia após sua publicação na imprensa oficial, data em que começa a contar o prazo de dez dias para o legitimado interpor recurso ao órgão colegiado da Administração Superior do MP.
E) O arquivamento deve ser promovido pelo membro do MP que preside o inquérito civil, quando esgotadas as diligências pertinentes e verificar-se ausência de ato ilícito ou de justa causa, ou quando concluir ser atribuição de outro ramo do Ministério Público.

MPE-SC - 2019 - MPE/SC - Promotor de Justiça

07. A comunicação anônima, segundo a Resolução n. 23/2007, do CNMP, impede que o Ministério Público tome qualquer providência investigatória

( ) Certo ( ) Errado

Questão Elaborada pelo Professor
08. Os procedimentos administrativos presididos por órgão do Ministério Público, instaurados nas Promotorias de Justiça ou Grupos de Atuação Especial, serão secretariados por Oficial de Promotoria ou servidor nele lotado, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada sob compromisso. Assim, assinale a alternativa correta:

A) A escrituração nos livros, autos e papéis deve ser sempre feita com tinta azul indelével.
B) São vedados erros, omissões, emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas.
C) São vedadas anotações de "sem efeito".
D) É vedado o uso de espaço número um nos atos digitados ou datilografados.
E) Nos autos e nos livros deverão ser evitados e inutilizados os espaços em branco.

Questão Elaborada pelo Professor
09. Assinale a alternativa incorreta:

A) Nos registros dos autos e na expedição dos ofícios, requisições e notificações, o Oficial de Promotoria deve utilizar os impressos e papéis confeccionados segundo modelo oficial do Ministério Público e juntar cópia nos autos.
B) Nos ofícios, requisições, notificações e comunicações devem constar o número do procedimento e a indicação da Promotoria de Justiça remetente com endereço completo, inclusive o número do Código de Endereçamento Postal e o telefone.
C) Os ofícios, requisições, notificações e comunicações devem ser encaminhados aos seus destinatários pela via postal, correio eletrônico, “fac-símile” ou qualquer outro meio que atinja essa finalidade, devendo o respectivo comprovante de recebimento ser juntado aos autos do procedimento ou anexado à cópia a ser arquivada em pasta própria.
D) Na hipótese de envio de documento por “fac-símile” ou correio eletrônico, deve o Oficial de Promotoria informar esta providência nos autos e juntar o comprovante.
E) Os livros obrigatórios serão aqueles confeccionados segundo modelo oficial do Ministério Público e serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Oficial de Promotoria Secretário, mediante a lavratura dos respectivos termos e seguirão os modelos estabelecidos nesta Resolução.

Questão Elaborada pelo Professor
10. Sobre os procedimentos em geral, assinale a alternativa correta:

A) O Oficial de Promotoria procederá à numeração das folhas dos autos, que não poderão exceder 200 (duzentas) em cada volume.
B) Para o encerramento e abertura de novos volumes, o Promotor de Justiça Secretário lançará termos de abertura e encerramento, seguindo os modelos constantes do Anexo desta Resolução, em folhas regularmente numeradas, prosseguindo sem solução de continuidade no volume subsequente.
C) Deverá ser evitado o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares ou o uso de sublinhar palavras ou expressões, devendo o Oficial de Promotoria, ao constatar tais irregularidades, comunicá-las ao Promotor de Justiça.
D) Quando se cuidar de notificação para comparecimento em audiência, o aviso de recebimento de correspondência deve ser devolvido e juntado aos autos até 10 (dez) dias antes da data designada, caso não haja determinação do Promotor de Justiça em sentido diverso.
E) Não se juntará nenhum documento ou petição nos autos, sem o respectivo termo de conferência.

Questão Elaborada pelo Professor
11. Sobre a atuação nos procedimentos, é correto afirmar

A) Incumbe ao Promotor de Justiça a manutenção, a guarda, a escrituração, os registros e a regularidade formal dos autos.
B) Ressalvados os casos urgentes, o Promotor de Justiça deve, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, abrir conclusão de quaisquer autos protocolizados na Promotoria para análise do órgão do Ministério Público.
C) Exceto nos casos urgentes, é de 5 (cinco) dias o prazo para executar as determinações do Promotor de Justiça.
D) Nenhuma diligência ou ato deverá ser realizado sem determinação expressa do presidente da investigação.
E) O procedimento não deve ficar sem andamento por mais de um ano no aguardo do cumprimento de diligências, cumprindo ao Oficial de Promotoria promover a conclusão ao Procurado Geral de Justiça para as providências cabíveis.

Questão Elaborada pelo Professor

12. Da entrada e saída de autos da Secretaria da Promotoria de Justiça, assinale a alternativa correta:

A) A remessa dos procedimentos ao Promotor de Justiça será registrada no livro de carga ou no sistema eletrônico de cargas, remessas e recebimentos, devendo todos os campos ser preenchidos de maneira legível com a indicação das datas de recebimento e devolução dos autos.
B) O Oficial de Promotoria enviará os autos ao Promotor de Justiça no dia em que assinar o termo de conclusão, sendo permitida, a pedido do órgão do Ministério Público, a permanência de autos na secretaria com tais termos.
C) O Oficial de Promotoria certificará por auto de data o recebimento dos autos remetidos à conclusão.
D) O Oficial de Promotoria deverá registrar no livro carga ou em relação de remessa: I – a remessa de representações, peças de informação e autos de inquéritos civis, procedimentos preparatórios de inquéritos civis ou procedimentos administrativos para Promotores de Justiça integrantes de Grupos de Atuação Especial que oficiam na mesma sede da Promotoria de Justiça; II – a retirada de autos por advogados;
E) O registro do encaminhamento e da devolução de representação, peças de informação e autos de inquéritos civis, procedimentos preparatórios de inquéritos civis ou procedimentos administrativos para os Promotores de Justiça que oficiam fora da sede da Promotoria de Justiça, designados em Grupos de Atuação Especial ou designados para auxilio será feito no livro carga da Promotoria de Justiça de origem ou em relação de remessa.

Questão Elaborada pelo Professor
13. Da recepção, registro de documentos e providências preliminares, assinale a alternativa correta:

A) Todos os documentos recebidos no Ministério Público noticiando lesão ou ameaça de lesão a interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, sob a forma de representação ou peça de informação, independentemente de despacho, serão imediatamente anotados no livro de carga.
B) O registro no livro de carga obedecerá a ordem cronológica de chegada à Promotoria de Justiça devendo o Oficial de Promotoria, sob pena de responsabilidade, efetuá-lo em 48 horas.
C) Havendo apenas um Promotor de Justiça com atribuição para análise e conhecimento do caso, os documentos devem ser a ele encaminhados em 72 (setenta e duas) horas.
D) Havendo mais de um Promotor de Justiça com atribuição para análise e conhecimento do caso, os documentos serão encaminhados ao Promotor de Justiça Secretário da Promotoria de Justiça para distribuição em 72 (setenta e duas) horas e, posteriormente, encaminhados ao Promotor de Justiça a quem foram distribuídos.
E) A distribuição deve atender ao que dispuser a portaria de instauração do inquérito civil.

Questão Elaborada pelo Professor
14. Sobre as obrigações do Oficial de Promotoria após a instauração do procedimento administrativo, assinale a alternativa correta:

A) Os registros nos sistemas eletrônicos devem ser feitos no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
B) Nos procedimentos o Oficial de Promotoria deverá havendo determinação para complementação da representação notificar o representante para prestar informações complementares no prazo de 5 (cinco) dias;
C) havendo indeferimento da representação, notificar o representante com cópia da decisão e cientificá-lo do prazo de 5 (cinco) dias para a interposição de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público;
D) havendo interposição de recurso fazer as anotações no livro de registro de recursos; juntar aos autos a petição e as razões recursais e promover a conclusão ao Promotor de Justiça Secretário para reexame do decidido;
E) mantida a decisão recorrida, o Oficial de Promotoria providenciará, por meio de ofício, a remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade funcional.

Questão Elaborada pelo Professor

15. Sobre as providências relativas ao ajuizamento da ação civil pública, recebidos os autos com petição inicial de ação civil pública, o Oficial de Promotoria deverá, exceto:

A) Anexar cópia da petição inicial na capa do primeiro volume dos autos do procedimento e, no prazo de 48 horas, salvo se outro prazo for fixado pelo presidente da investigação, encaminhar todos os volumes para distribuição no juízo indicado;

B) Comunicar o ajuizamento da ação civil pública, com indicação da vara e do número do processo, ao Centro de Apoio Operacional do Conselho Nacional do Ministério Público, encaminhando cópia da petição inicial.

C) Efetuar o registro nos sistemas eletrônicos e digitalizar a petição inicial para fins de publicação;

D) Providenciar, a critério do presidente da investigação, a extração de cópia da petição inicial da ação civil pública, bem como das principais peças dos autos para fins de controle e acompanhamento ou formação de autos suplementares;

E) Atualizar os registros no livro de registro dos procedimentos que não estejam registrados nos sistemas eletrônicos.

VUNESP - 2019 - Câmara de Tatuí/SP - Procurador Legislativo

16. Sobre a Resolução 484 do MPSP que disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências, assinale a alternativa correta:

A) O inquérito civil é investigação judicial, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

B) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público e para a concretização das demais medidas de sua competência própria.

C) A audiência pública será organizada e presidida pelo Juiz competente, precedida da publicidade devida.

D) O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento informal, podendo ser celebrado nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório de inquérito civil, com os interessados para adequação de suas condutas às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo judicial, nos termos da legislação específica.

E) A recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social.

Questão Elaborada pelo Professor
17. No exercício das suas atribuições o membro do Ministério Público não poderá:

A) Expedir recomendações e relatórios anuais ou especiais para que sejam observados os direitos que lhe incumba defender ou para a adoção de medidas destinadas à prevenção ou controle de irregularidades.
B) Sugerir à esfera de poder competente a alteração da legislação em vigor.
C) Notificar a autoridade competente para que, em prazo razoável, adote as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o respeito a interesses sociais.
D) Requisitar à autoridade administrativa competente a instauração de sindicância ou processo administrativo para a apuração de falta disciplinar ou ilícito administrativo.
E) Receber petições, reclamações, representações e queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e ordenamento jurídico, as quais serão encaminhadas à autoridade competente para resposta e a devida solução, nos termos desta resolução e da legislação específica.

Questão Elaborada pelo Professor
18. A atividade investigatória do Ministério Público rege-se pelos princípios gerais da atividade administrativa, pelos direitos e garantias individuais e pelos princípios especiais que regulam o Ministério Público, obedecendo notadamente:

A) A obrigatoriedade.
B) A bilateralidade.
C) Ao caráter inquisitorial.
D) A hierarquia funcional.
E) A ética constitucional.

Questão Elaborada pelo Professor
19. Sobre a instauração do inquérito civil, é correto afirmar:

A) De ofício, não será instaurado.
B) O inquérito civil será instaurado mediante representação pelo membro do Ministério Público dotado de atribuição ao tomar ciência de fato determinado.
C) A representação não poderá ser indeferida.
D) Constatado que o fato descrito na representação não se insere na atribuição do membro do Ministério Público que a receber, este deverá encaminhá-la ao órgão dotado de atribuição, comunicando-se ao representante.
E) O inquérito civil será instaurado por decreto, numerado em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, observados os requisitos legais.

Questão Elaborada pelo Professor
20. Assinale a alternativa correta:

A) Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público.
B) As representações ou comunicações que se refiram a fatos conexos não previnem a atribuição do membro do Ministério Público.
C) O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, improrrogável.
D) Admite-se o uso de gravações, filmagens e registros eletrônicos dos atos do inquérito civil e a juntada aos autos de prova obtida por meio ilícito.
E) Terão preferência as diligências que devam ser feitas em procedimentos relativos a fatos cuja prescrição mais remota.

Questão Elaborada pelo Professor
21. Sobre as notificações, assinale a alternativa correta:

A) Se o descumprimento da notificação implicar em condução coercitiva, poderá ser dispensada prova do recebimento pessoal da notificação.
B) Se o destinatário da notificação for agente público, considerar-se-á recebida a notificação se protocolada na repartição em que tenha exercício.
C) Não se admite que a notificação seja feita em período inferior a 48 (quarenta e oito) horas da realização do ato.
D) Não se fará notificação a quem estiver assistindo qualquer culto religioso.
E) Não se fará a notificação aos doentes, enquanto grave o seu estado, e quando se verificar que o notificando é portador de deficiência mental que o impossibilite de entender a natureza do ato, salvo em caso de urgência.

Questão Elaborada pelo Professor
22. Assinale a alternativa correta:

A) A notificação será encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, se tiver por destinatários, entre outros, Secretários de Estado ou Chefes de missão diplomática de caráter transitório.
B) A requisição não atendida poderá ser, em caráter excepcional, reiterada por uma única vez.
C) O presidente poderá realizar inspeções necessárias à investigação do fato, lavrando-se termo circunstanciado.
D) Quando o documento original ou cópia já estiver nos autos, eventuais novas cópias não serão autuadas ou arquivadas em pasta própria, certificando a ocorrência nos autos.
E) Os documentos sigilosos serão envelopados, lacrados e rubricados pelo Oficial de Promotoria Secretário, se possível na presença do interessado ou responsável, com vista à preservação do sigilo.

Questão Elaborada pelo Professor
23. Assinale a alternativa correta:

A) Se a testemunha não tiver domicílio na comarca, sua oitiva será, obrigatoriamente, deprecada, salvo se comparecer espontaneamente na sede da Promotoria de Justiça.
B) O inquérito civil será encerrado, depois de esgotadas todas as diligências a que se destinava, exclusivamente mediante arquivamento.
C) Apensar-se-ão os autos principais do inquérito civil aos da ação civil pública.
D) Sob pena de falta grave, os autos principais, com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos no prazo de 3 (três) dias contados da data da promoção, mediante comprovante, ao Conselho Nacional do Ministério Público.
E) Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado, apenas com efeito devolutivo, ao Conselho Superior do Ministério Público

FCC - 2015 - DPE/SP - Comunicação Social
24. Segundo o Art. 24 da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. O tempo máximo de restrição a uma informação classificada como secreta é de

A) 30 anos.
B) 25 anos.
C) 15 anos.
D) 50 anos.
E) 72 anos.

VUNESP - 2019 - Câmara de Piracicaba/SP - Arquivista
25. A atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme a Lei n° 12.527/2011, denomina-se

A) Classificação.
B) Criptografia.
C) Avaliação.
D) Desclassificação.
E) Registratur.

VUNESP - 2019 - Câmara de Piracicaba/SP - Arquivista
26. Segundo a Lei n° 12.527/2011, um dos objetivos do Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), instituído no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, é

A) Promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas.
B) Requisitar da autoridade, que classificar a informação como ultrassecreta e secreta, esclarecimento sobre o conteúdo parcial ou integral da informação.
C) Rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos dessa Lei.
D) Indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, de acesso pretendido por qualquer pessoa física ou jurídica.
E) Possibilitar a gravação de relatórios mensais ou anuais em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações solicitadas.

VUNESP - 2019 - Câmara de Piracicaba/SP - Arquivista
27. No que concerne à Lei de Acesso à Informação, Lei Federal n° 12.527/ 2011, é correto afirmar que

A) Assegura o direito fundamental de acesso à informação em conformidade com as diretrizes de observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção e divulgação de informações, exclusivamente mediante solicitações.
B) Estão subordinados ao regime desta lei, os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, excluindo as Cortes de Contas, e incluindo o Judiciário, o Ministério Público, as autarquias, as fundações e as empresas públicas.
C) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
D) Compreende o direito de se obter orientação sobre os procedimentos para acesso, o local onde poderá ser obtida a informação contida em registros ou apenas nos documentos recolhidos em arquivos públicos.
E) Compreende o acesso às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos independentemente do sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

VUNESP - 2018 - PauliPrev/SP - Procurador Autárquico

28. Considere o seguinte caso hipotético: A Administração Pública indeferiu um pedido de acesso a informações contidas em registros ou documentos. O interessado impetrou recurso no décimo terceiro dia após a ciência do indeferimento endereçando diretamente à autoridade que emanou a decisão. O Procurador Autárquico, solicitado a se manifestar no procedimento, estará correto ao afirmar que

A) O recurso está intempestivo, pois o interessado deveria interpor no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão, endereçando à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
B) O recurso está tempestivo, porém deveria ter interposto contra a autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
C) O recurso está tempestivo, e a autoridade endereçada é competente para analisar o mérito e decidir em última e única instância.
D) O pedido está intempestivo, pois o interessado deveria interpor no prazo de 2 (dois) dias a contar da ciência da decisão, endereçando seu pedido à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
E) Apesar da tempestividade do pedido, a sua análise ficará prejudicada, pois deveria ter sido endereçada ao Chefe do Poder Executivo.

VUNESP - 2018 - Câmara de Campo Limpo Paulista/SP - Procurador Jurídico

29. A respeito da Lei no 12.527/2011, é correto afirmar que

A) Nos municípios com mais de 10 (dez) mil habitantes, os órgãos e entidades públicas devem promover pela internet o acesso a informação de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas.
B) Externados os motivos e demonstrado o interesse do solicitante, qualquer interessado pode pedir acesso a informação aos órgãos e entidades competentes.
C) O Presidente da República é a única autoridade competente para classificar uma informação como ultrassecreta ou secreta.
D) O prazo máximo de restrição de acesso a informação considerada secreta não pode ultrapassar a seis meses.
E) As informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, quando consideradas ultrassecretas e pelo prazo máximo de vinte anos, a contar da data da sua produção.

VUNESP - 2018 - PC/SP - Delegado

30. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é um dos mais importantes instrumentos de transparência e combate à corrupção em vigor no Brasil. A respeito das regras previstas nesse instrumento normativo, é correto afirmar que

A) Se aplicam também, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais.
B) É vedada a solicitação de informação por interessado sem revelação dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
C) Não é possível a negativa de apresentação de informação sob a alegação de se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.
D) Se aplicam também às autarquias, às fundações públicas e às empresas estatais, excluídas aquelas não dependentes de recursos do Tesouro para custeio de despesas de pessoal.
E) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimento devidamente justificado do interessado, a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Questão Elaborada pelo Professor

31. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam, EXCETO:

A) Pôr em risco a defesa e a soberania internacionais ou a integridade do território mundial; prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
B) Pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
C) Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
D) Pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares;
E) Comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Aulões do NEAF
https://bit.ly/2xgJx58

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no WhatsApp
http://bit.ly/2S1NzpO

Telegram
http://bit.ly/TelegramNEAF

Conheça nosso Curso TCM SP 2020
http://bit.ly/2Tfp0pW

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020
http://bit.ly/2UNO7kV

Link do TJSP 2020
https://bit.ly/3dyBqBq

Cursos para Escrevente TJSP
http://bit.ly/2JVGdQ9

INSS
http://bit.ly/2uVGnyX

Polícia Civil
http://bit.ly/2thUX6

Dúvidas, sugestões ou para mais informações
contato@neafconcursos.com.br